

3863/2001/002/2004

## ADVOCACIA

**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG CEP 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



**AO**

### **NÚCLEO DE AUTO DE INFRAÇÃO DA FEAM.**

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves –  
Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n.  
Bairro Serra Verde - Edifício Minas - 2º andar –  
CEP: 30630-900.  
Belo Horizonte/MG..

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3863/2001/002/2004.**

**REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1651/2004.**

**FORMAUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 20.496.725/0001-20, com sede à Av. Rio Branco, n.º 531, Centro, Formiga - MG, CEP 35.570-000, na pessoa de seu representante legal e por sua procuradora que esta subscreve, inconformado com a DECISÃO proferida que julgou improcedente o pedido da Recorrente em sua defesa, mantendo penalidade de multa aplicada no importe de R\$20.001,00, referente autuação descrita no auto de infração n.º 1651/2004, que tomou por base o art. 83 e 96 do Decreto n.º 44.844/2008, vem à honrada presença de Vossa Senhoria, com o devido respeito, interpor TEMPESTIVAMENTE,

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

à **CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM**, com escopo nas razões fáticas e jurídicas acostadas em anexo, requerendo desde já, à guisa de tais fundamentos, SEJA o presente recurso CONHECIDO e ao final PROVIDO para reformar a decisão ora

  
1

**ADVOCACIA**  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG CEP: 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



recorrida, com o fim de anular o auto de infração supracitado, com fulcro no art. 5º, II, da CRFB/88, assim como nas demais disposições legais aplicáveis à espécie.


Requer ainda, seja atribuído efeito suspensivo à decisão proferida face ao presente recurso, conforme o art. 61 parágrafo único da lei 9.784/99, tendo em vista o receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da penalidade imposta ao Recorrente.


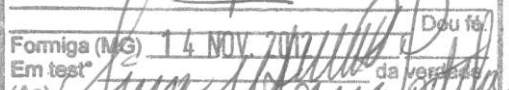
Nestes termos,  
pede deferimento.

Formiga/MG, 13 de novembro de 2012

  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA.**  
**ADVOGADA OAB-MG. 86151.**

**2º OFÍCIO**

  
**DE ACORDO: FORMAUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**  
**CNPJ n.º 20.496.725/0001-20.**

<b>CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS</b> <b>LINA MARIA PORTELA</b> Serventurária	
Reconheço a(s) firma(s)	
Formiga (MG) 14 NOV 2012	Dou fé
Em test* (As)	

Substituto: Américo F. P. Neto  
Substituta: Lina Portela



**ADVOCACIA**  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG. CEP: 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143.  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



**À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO COPAM.**

**RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**RECORRENTE: FORMAUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**

**RECORRIDO: FEAM**

**AUTOS DO PROCESSO Nº 3863/2001/002/2004.**

**REFERÊNCIA: AUTO DE INFRAÇÃO nº 001651/2004.**

**COLEND A CÂMARA,**

**ÍNCLITOS JULGADORES,**

Em que pese o ilibado e brilhante saber dos auditores/fiscais da FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente, faz-se mister enaltecer que, *in casu*, estes não decidiram com o acerto costumeiro, devendo a decisão proferida no processo administrativo em questão ser reformada por esta Câmara Normativa e Recursal do COPAM, por ser medida de direito e de patente Justiça.

**I – DOS FATOS:**

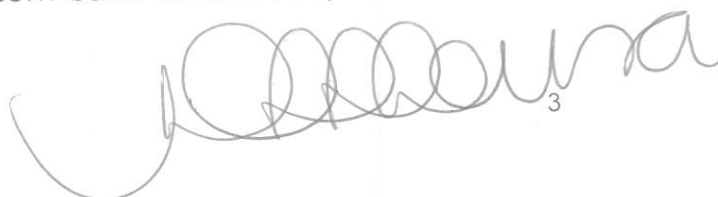
O Recorrente foi autuado em 21 de julho de 2004 como incurso no inciso II, §3º, do artigo 19 do Decreto n.º 39424/98, por ter supostamente descumprido determinação normativa estipulada pelo COPAM, conforme consta no AI 001651.

Compulsando os autos, denota-se que o Recorrente apresentou defesa prévia, contudo não logrando êxito em seu pleito, conforme ofício n.º 1644/2012 GAB/NAI/SISEMA.

É o relato sucinto do essencial.

**II – DO DIREITO:**

Em consonância com o relatório de vistoria n.º 007722, a Recorrente foi autuada e compelida a cumprir determinações como instalar SAO, com base no DN 050/2001.

  
3

**ADVOCACIA**  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG CEP: 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143.  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



Nesse íterim, antes da entrada e vigor do DN050/2001, patente a impossibilidade de se impor ao Recorrente as normas e preceitos esculpidos na legislação epigrafada, sob pena de se violar o princípio constitucionalmente garantido da anterioridade.

Em consonância com a literalidade do art. 8º do DN050/2001, a deliberação normativa em análise entrou em vigor na data de sua publicação.

Nesse viés, por omissão legislativa, não houve um período de tempo para que os legislados se adaptassem as instruções normativas impostas pela deliberação, na medida em que, com a entrada em vigor da DN050/2001, a maioria dos empreendedores se viram em situação irregular.

No Brasil grande parte dos legisladores se atém, tão somente, a aspectos técnicos e matérias da norma, criando leis sem antes vislumbrar sua viabilidade prática, bem como, os impactos que estas terão na realidade da coletividade.

Infelizmente, a DN050/2001 não se livrou desse estigma, tendo em vista que entrou em vigor sem, contudo, conceder qualquer tipo de prazo para que os legislados se adequassem aos seus preceitos.

Destarte, ficou a cargo do aplicador da norma estipular prazos aos legislados para que esses se adequassem à deliberação normativa acima descrita.

E foi o que ocorreu no caso *sub examine*. Tendo a autoridade fiscalizadora, verificado irregularidades sanáveis no empreendimento do Recorrente, esta concedeu prazos de até 90 dias para que o Recorrente regularizasse sua situação perante os órgãos ambientais e legislação ambiental.

Entrementes, apesar do prazo concedido, a autoridade fiscalizadora não se ateve a sua própria deliberação, uma vez que em menos de 15 (quinze) dias retornou a sede do Recorrente e aplicou a penalidade descrita no auto de infração ora recorrido, conforme comprova a documentação juntada em anexo.

O art. 5º, inciso II da CRFB/88 consagra o princípio da legalidade, o qual preceitua que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

**ADVOCACIA**  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG CEP 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



Visando combater as arbitrariedades do Estado, o princípio da legalidade encontra supedâneo na lei, fazendo cessar o privilégio da vontade caprichosa do detentor do poder, assegurando ao particular a possibilidade de se recusar as imposições estatais que de alguma forma não respeitam a lei.

Nesse diapasão, a imposição da penalidade pela autoridade fiscalizadora não obedeceu os primados da lei, tendo em vista que o Recorrente estava dentro do prazo concedido pela própria Administração, para regularizar seu empreendimento de acordo com o DN050/2001.

Diga-se, ademais, que não ficou corroborado qualquer dano ambiental provocado pela Recorrente. Neste sentido, RATIFICA-SE toda a defesa apresentada em data de 23/08/2004, sob protocolo nº 104496 na FEAM, devendo todos os seus termos serem levados em consideração no presente recurso, com o intuito de fazer valer o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e contraditório, consagrados pela nossa Constituição Federal.

A esse propósito impossível a responsabilização do Recorrente na esfera administrativa, uma vez que não se encontra presente um dos elementos norteadores da Responsabilidade Administrativa, qual seja, o "dano" propriamente dito.

Faz-se necessário destacar o parecer jurídico apresentado sob protocolo nº 718858/2008, que mencionou "não é possível constatar, por meio das razões apresentadas na defesa, a veracidade das informações, tampouco elementos que possam formar o convencimento desta procuradoria no sentido de confirmar se, de fato, a empresa cumpriu todas as determinações do COPAM. Por essa razão, cumpre a aplicação da penalidade cabível".

Ora, tal parecer, data vênua, demonstra a total desobediência aos princípios constitucionais elencados acima, cuja obrigação do agente fiscalizador era de no mínimo confirmar in loco, mediante nova inspeção/vistoria, se as argumentações trazidas aos autos pelo recorrente demonstravam e demonstram a verdade real.

A recorrente fez prova de suas argumentações e do cumprimento de suas obrigações, cabendo ao órgão fiscalizador comprovar fato contrário que ensejasse o descumprimento da legislação ambiental.

**ADVOCACIA**  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG. CEP: 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143.  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



O decreto 44844/2008 concede ao agente fiscalizador ambiental um elevado poder de atuação. O valor aplicado às penalidades contempla entre o mínimo e o máximo, cuja aplicação depende do critério avaliador do agente ambiental.

Apesar da liberdade concedida ao agente fiscalizador, este deverá escolher o que melhor atenda o interesse público, considerando a tutela jurídica do meio ambiente, em consonância com a situação subjetiva de cada caso, sob pena de incidir em uso e abuso de poder e desvio de finalidade.

Neste sentido, o agente fiscalizador deve-se ater ao princípio da razoabilidade, da vida pregressa do transgressor, da forma pelo qual ocorreu a infração, de acordo com as particularidades de cada caso.

Não atendeu o parecer jurídico mencionado acima, aos preceitos constitucionais de igualdade, conforme o mesmo manifestou, visto que, deixou de analisar de fato e in loco, bem como a documentação juntada aos autos, o cumprimento das obrigações impostas ao recorrente ao tempo determinado pelo agente fiscalizador.

Assim, não comprovado o dano ambiental face o constante no auto de vistoria nº 007722, não há que se falar em aplicação de multa ambiental.

Porém, por amor ao debate, tem-se que o AI nº 001651/2004 baseia-se no descumprimento de determinações contidas na DN COPAM 050/2001, art. 3º, § 2, item II e V, alegando existência de dano ambiental.

Destaca-se que § 2º e 3º do art. 3º da DN COPAM 050/2001 foi revogado pela DN COPAM 108 de 24 de maio de 2007, que prevê:

**“DELIBERA, ad referendum do Plenário do COPAM:**

**Art. 1º - Os artigos 1º e 6º da Deliberação Normativa nº 50 de 28 de novembro de 2001, passam a ter a seguinte redação:**

**“Art. 1º A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**



## ADVOCACIA

**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG. CEP: 35 570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143.  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



**combustíveis de aviação dependerão de prévio licenciamento ambiental ou Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, conforme as normas da Resolução CONAMA nº 273 de 29 de novembro 2000, Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 09 de setembro de 2004, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis e o disposto por esta Deliberação Normativa.”**

Neste sentido, cabe dizer que, a suposta infração alegada no AI nº 001651/2004 ESTA REVOGADA, tendo sido substituída pela DN COPAM 108/2007, que determinou a aplicação da DN COPAM 74/2004.

Conforme se depreende nos presentes autos, a decisão ora recorrida, manteve a aplicação da penalidade na forma do art. 83 e 96 do Decreto 44.855/2008, determinando o pagamento do valor de R\$20.001,00 com as devidas atualizações, levando-se em consideração uma norma do COPAM que foi revogada no ano de 2007, determinando para tanto a adequação das classificações de acordo com a DN COPAM 74/2004, não vislumbrada pela FEAM quando do análise do processo administrativo.

Assim, equivoca-se a FEAM quanto a manutenção da penalidade de multa aplicada, visto que, a Recorrente, conforme autorização ambiental nº 00426/2008, já constante nos autos, possui capacidade de armazenamento de seu produto de 90m<sup>3</sup>. Tal capacidade não aumentou e nem diminuiu a data da emissão do AI nº 1651 até a presente data. Sua capacidade permanece a mesma e até então, salvo melhor juízo, não há nenhum outro procedimento (auto de infração) que indique o Recorrente como descumpridor da legislação ambiental que possa fundamentar a aplicação absurda de multa em grau máximo.

A empresa, ora recorrente, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 74 de 09 de setembro de 2004, está classificada sob código F.06.01.7 – Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, tendo como porte CA ≤ 90m<sup>3</sup>, sendo legalmente reconhecida como porte PEQUENO.

**ADVOCACIA**  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.**

Endereço: Praça São Vicente Ferrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG. CEP: 35.570-000  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



Neste sentido, considerando a "classificação, segundo porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadores do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual" DN COPAM 74/2004 e o Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, anexo I, que se refere o art 83, caso fosse aplicada alguma penalidade contra a Recorrente, esta seria aquela declinada na classificação de pequeno porte, SEM REINCIDÊNCIA, multa mínima, supostamente sobre infração gravíssima, no importe de R\$10.001,00 e não na forma constante na decisão primeva.

Assim, equivocam-se doutos julgadores, quanto a subsistência do AI nº 001651, vez que, na vistoria procedida pelo agente fiscalizador, na época MARIA HELENA G P FONSECA – MASP 3933356, NÃO DECLAROU a presença de dano ambiental e, diante disso, CONCEDEU ao RECORRENTE prazo para adequação das suas instalações, ensejando assim dizer que os fatos relatados na vistoria nº 007722, não gera e nem pode gerar aplicação de multa, ante a ausência de dano ambiental.

AD ARGUMENTANDUM, caso mantenham a subsistência do AI nº 001651, o que NÃO SE ESPERA MANTER, visto a inexistência de dano ambiental, a penalidade imposta deverá ser revista, adequando-a na forma da DN COPAM 74/2004 e o Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, aplicando-se o valor mínimo sobre o porte pequeno (capacidade de 90m³) do empreendedor, ora recorrente, sobrelevando a inexistência de reincidência de infração de mesma categoria e de qualquer outra.

### **III – DO PEDIDO:**

A luz do exposto, requer:

1) **Liminarmente**, seja determinada a suspensão da decisão ora recorrida, na forma do art. 61 parágrafo único da lei 9.784/99, tendo em vista o receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da penalidade imposta ao Recorrente.

2) **NO MÉRITO**, com o espoco nas razões fáticas e jurídicas expostas, retificando também a defesa apresentada nos autos, SEJA o presente recurso **CONHECIDO** e ao final **PROVIDO** para reformar a decisão ora recorrida, com o fim de declarar a insubsistência do AI nº 001651, por ausência de comprovação de dano ambiental,



# ADVOCACIA

## DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA – OAB-MG 86.151.

Endereço: Praça São Vicente Férrer, nº 93-A, Centro - Formiga-MG. CEP: 35.570-000.  
Telefax: 0-xx-37-3321-8568 e 0-xx-37-9988-4143  
E-mail: [deize@advocaciadeize.com.br](mailto:deize@advocaciadeize.com.br)



determinando o seu arquivamento para que surta seus jurídicos efeitos legais.

3). **AD ARGUMENTANDUM**, caso mantenham a subsistência do AI nº 001651, o que NÃO SE ESPERA MANTER, visto a inexistência de dano ambiental, requer seja revisada a penalidade imposta, adequando-a na forma da DN COPAM 74/2004 e o Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, aplicando-se o valor mínimo sobre o porte pequeno (capacidade de 90m³) do empreendedor, ora recorrente, sobrelevando a inexistência de reincidência de infração de mesma categoria e de qualquer outra.

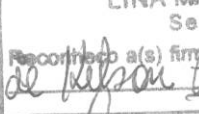
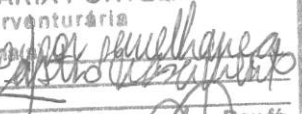
4) Requer provar o alegado por todos os meios e prova admitidos em Direito, principalmente inspeção administrativa, caso seja necessário.

Termos em que, pede deferimento.  
Formiga (MG), 13 de novembro de 2012.

  
**DEIZE APARECIDA SILVA DE SOUSA.**  
**ADVOGADA OAB-MG. 86151.**



  
**DE ACORDO: FORMAUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**  
**CNPJ n.º 20.496.725/0001-20.**

<b>CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS</b> <b>LINA MARIA PORTELA</b> Serventurária	
Reconhecido a(s) firma(s) de  e 	
Formiga (MG)	14 NOV 2012
Em test. (Ass.)	